

Mais autoridade nas conversações com os bancos credores

15 OUT 1990
GAZETA MERCANTIL

Roberto Teixeira
da Costa *

"O rabino estava aflito pela falta de generosidade de seus fiéis e suplicou que os ricos dessem



mais auxílio aos pobres:

— E tua súplica teve resultado? — perguntou a mulher.

— Metade da tarefa está feita — respondeu o rabino. — Os pobres já estão dispostos a ser ajudados. Falta os ricos darem o dinheiro."

"Do Éden ao Divã — Humor Judaico"

Depois de uma moratória branca de dezoito meses, o Brasil voltou a discutir com os bancos credores sua dívida externa. Da última rodada de negociações para o momento atual, é inegável que nos sentamos à mesa com muito mais autoridade, pois nessas conversações sempre fomos defrontados com a dura constatação de que não tínhamos feito nosso dever de casa e que, portanto, faltavam-nos argumentos para impor sacrifícios aos nossos credores. Agora, após o Plano Brasil Novo e os pesados ônus impostos a toda a sociedade brasileira, sobram-nos evidências para demonstrar que estamos desesperadamente fazendo nosso esforço de ajustamento — cujos resultados começam a aparecer — não na velocidade nem na dimensão esperadas pelo governo.

Se por esse lado os argumentos são a nosso favor, o "timing" externo não nos favorece. A situação dos nossos credores certamente piorou nesse intervalo, pois os problemas domésticos enfrentados pelos bancos americanos e japoneses, associados à crise do golfo, que trouxe como consequência imediata uma elevação substancial no preço do petróleo e uma ameaça de recessão na economia mundial, criaram ambiente pouco favorável para essa negociação, pois receber algo do Brasil passou a ser um objetivo de grande relevância.

Finalmente foram divulgadas as linhas mestras da proposta de renegociação apresentadas ao Comitê dos Bancos (agora ampliado) em Nova York. Pela reação que foi possível captar dos banqueiros, nossos negociadores não foram propriamente ovacionados após a apresentação de nosso plano, o que não chega a surpreender. Em essência, o plano proposto oferece uma securitização da dívida do setor público com extensão do prazo

(até 45 anos), representando 85% da dívida externa brasileira.

O setor privado responsável por apenas 15% da dívida de médio-longo prazo (cerca de US\$ 10 bilhões) ficaria excluído do refinanciamento e poderia retomar os pagamentos aos credores. No entanto, os juros atrasados (ponto mais sensível na negociação), acumulados pelo setor privado, entrariam na negociação global. No contexto do plano, as linhas de curto prazo (crédito comercial e interbancário) passariam a ser voluntárias a partir do segundo trimestre de 1991, o que traz algumas implicações para as agências de bancos brasileiros no exterior.

Para a dívida oficial, o governo brasileiro apresentou três alternativas (Zero Cupon Bond, Interest Reduction Bond e Exit Bond) com prazos de 45, 25 e 15 anos e juros decrescentes e a faculdade de resgates antecipados através de leilões trimestrais que permitiriam aos credores diminuir seu "exposure" ao País, se assim o desejassem.

A questão de conversão de dívida, quer para sua utilização no programa de privatização ou mesmo para projetos essenciais de retomada de investimento, aparentemente não fez parte da pauta brasileira.

Notou-se claramente uma preocupação do nosso lado de apresentar uma proposta que seja viável sob o ponto de vista de nossa capacidade de pagamento e que não fique dependente de aspectos conjunturais, o que parece extremamente louvável. A apresentação obrigatória ao Senado Federal nos obriga também a expor uma proposta definitiva e politicamente defensável, e para os credores externos certamente representará uma segurança adicional do seu cumprimento.

Estamos iniciando uma negociação que deve ter espaços de parte a parte para concessões. Os próximos dias nos indicarão se os nossos credores realmente estão dispostos a um tipo de acordo tão inovador, e que apresenta características que o diferenciam dos acordos feitos pelos bancos com outros países.

O fato é que, finalmente, tendo-nos sentado à mesa, retomamos um processo de renegociação que nos parece irreversível e de fundamental importância para que essa variável não seja um empecilho para nosso plano de estabilização.

* Presidente da BSF — Brasilpar Serviços Financeiros e foi o primeiro presidente do CVM.